



MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



PROCESSO	10580.724429/2012-16
ACÓRDÃO	2002-009.552 – 2 ^a SEÇÃO/2 ^a TURMA EXTRAORDINÁRIA
SESSÃO DE	31 de julho de 2025
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	MARIANA BATISTA BARRETO CERQUEIRA
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

Ano-calendário: 2009

JUROS MORATÓRIOS. TAXA SELIC. SÚMULA CARF Nº 4.

Súmula CARF nº 4: A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.

MULTA DE OFÍCIO. PERCENTUAL DE 75%.

A multa aplicável no lançamento de ofício prevista na legislação tributária é de 75%, por descumprimento à obrigação principal instituída em norma legal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

Assinado Digitalmente

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL – Relator

Assinado Digitalmente

MARCELO DE SOUSA SÁTELES – Presidente

Participaram do presente julgamento os conselheiros Andre Barros de Moura, Carlos Eduardo Avila Cabral, Carlos Marne Dias Alves (substituto[a] integral), Marcelo Freitas de Souza Costa, Marcelo Valverde Ferreira da Silva (substituto[a] integral), Marcelo de Sousa Sateles (Presidente).

RELATÓRIO

Por bem retratar os fatos ocorridos desde a constituição do crédito tributário por meio do lançamento até sua impugnação, adoto e reproduzo trechos do relatório da decisão ora recorrida:

Omissão de Rendimentos Recebidos de Pessoa Jurídica

Confrontando o valor dos Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica declarados, com o valor dos rendimentos informados pelas fontes pagadoras em Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – Dirf, para o titular e/ou dependentes, constatou-se omissão de rendimentos sujeitos à tabela progressiva, no valor de **R\$ 15.531,08**, conforme relacionado abaixo. Na apuração do imposto devido, foi compensado o Imposto de Renda Retido (IRRF) sobre os rendimentos omitidos no valor de **R\$ 0,00**.

(...)

DA IMPUGNAÇÃO

Devidamente intimado das alterações processadas em sua declaração, a contribuinte apresentou impugnação por meio do instrumento de fls. 02/04, alegando, em breve síntese, que:

- solicita remissão do débito tributário, com juros e multa de mora, referente a débitos dos exercícios de 2010 e 2011;
- tal solicitação prende-se ao fato de se encontrar em dificuldades financeiras, como pode ser demonstrado nas comprovações anexadas, além de outras não demonstradas, mas passíveis de verificação;
- débitos vêm sendo cumulativamente registrados em suas despesas domésticas. Desconhecia o preenchimento da declaração de Imposto de Renda e todas as implicações decorrentes de omissões, o que é passível de ocorrer para pessoas até mesmo graduadas;
- mesmo reconhecendo as dívidas notificadas, não lhe parece justa tamanha penalidade, porquanto acarretará consideráveis prejuízos para sua sobrevivência e de sua família;
- caso se entenda que deva haver cobrança em relação ao que foi notificado, espera que sejam excluídos os juros e multa de mora com pagamento mínimo

mensal e prazo considerável para cumprir a obrigação, no máximo de tempo possível;

- pede e espera deferimento da solicitação no total do débito existente, incluindo imposto, multa e juros;

- anexa documentos e solicita análise da impugnação apresentada.

Termo Circunstaciado e Despacho Decisório

Nas fls. 50/51 consta Termo Circunstaciado lavrado na Delegacia da Receita Federal em Salvador/BA, em que se verifica:

- em relação à omissão de rendimentos, no valor de R\$ 15.531,08, referente ao Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – FUNPREV, verifica-se que a contribuinte apresentou impugnação alegando dificuldades financeiras e erro no preenchimento da declaração, solicitando a remissão dos débitos tributários, multa e juros notificados;

- não há previsão legal para cancelamento de débitos tributários pelos motivos apresentados e, assim, conclui-se pela manutenção da exigência;

Na fl. 52 há Despacho Decisório no. 74, de 18/01/2016, em que, ao considerar o Termo Circunstaciado e demais documentos constantes do processo, restou decidido o deferimento da proposta de **manutenção da exigência**.

A contribuinte foi cientificada do Termo Circunstaciado e Despacho Decisório em 26/01/2016, fl. 55, e apresentou contestação, fls. 57/59, em que alega, em breve síntese que:

- o débito existente relativo ao ano-calendário 2009 deve ser atingido pela prescrição e decadência, conforme legislação e, por conseguinte, deve ser efetiva sua extinção;

- tal débito lhe gerou prejuízos junto ao Banco do Brasil em que possui conta salário gerando restrições de direito a cheque especial, renegociação de empréstimos existentes. Antes de qualquer julgamento houve a inclusão do suposto débito em Dívida Ativa lhe causando transtornos como já exposto;

- nenhum tributo poderá ter caráter confiscatório, o que pode ser configurado dada sua fragilidade financeira;

- não foi deduzida a despesa com dependente e instrução, embora neste ano sua filho Augusto Jesuíno Barreto Cerqueira, fosse seu dependente, tendo, nesse ano, 22 anos, e estudante de Direito da Universidade Salgado de Oliveira Campos em Salvador;

- por todo o exposto, conclui-se pela prescrição e decadência do débito devido ao tempo da decisão sobre sua existência e por não ter sido levado em conta o devido processo legal, com inclusão do débito em Dívida Ativa, antes do julgamento.

Cientificado da decisão de primeira instância em 12/07/2017, o sujeito passivo interpôs, em 03/08/2017, Recurso Voluntário, alegando a improcedência da decisão recorrida, sustentando, em apertada síntese, que:

- a) os juros de mora aplicados são improcedentes
- b) a multa aplicada é indevida em razão de não estar comprovado dolo, fraude ou simulação
- c) a presunção ou apuração de omissão de receita ou de rendimentos, por si só, não autoriza a qualificação da multa de ofício

É o relatório.

VOTO

Conselheiro(a) Carlos Eduardo Avila Cabral - Relator(a)

O Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual dele conheço

No recurso a insurgência se concentra sobre juros de mora e multa de ofício aplicada.

Quanto a multa aplicada, verificado que os argumentos apresentados no recurso voluntário são, em essência, iguais aos argumentos aduzidos na impugnação, bem como que a decisão recorrida não merece reparo, com fundamento no art. 114, § 12, inciso I do RICARF, declaro minha concordância com os fundamentos da decisão recorrida, especialmente os pontos que a seguir destaco.

Da Multa Fiscal - Do Não Confisco

Não cabe razão à contribuinte no que diz respeito à alegação que há um caráter manifestamente confiscatório da multa lançada de 75% do valor do imposto. A graduação da penalidade constante da notificação de lançamento não é ato discricionário, mas sim o simples enquadramento da situação do caso concreto à previsão legal, resultando no respectivo valor previsto, tudo conforme comprovado, em toda sua plenitude, pelos argumentos constantes do relatório fiscal da infração.

Ademais, é importante asseverar que tributo não se confunde com multa, e o que a Constituição Federal veda é a utilização de tributo com efeito confiscatório. Aliás, esse é o entendimento do renomado Hugo de Brito Machado:

"A vedação constitucional de que se cuida não diz respeito às multas, porque tributo e multa são essencialmente distintos"

No plano estritamente jurídico, ou plano da Ciência do Direito, em sentido estrito, a multa distingue-se do tributo porque em sua hipótese de incidência a ilicitude é essencial, enquanto a hipótese de incidência do tributo é sempre algo lícito. Em outras palavras, a multa é necessariamente uma sanção de ato ilícito, e o tributo, pelo contrário, não constitui sanção de ato ilícito.

No plano teleológico, ou finalístico, a distinção também é evidente. O tributo tem por finalidade o suprimento de recursos financeiros de que o Estado necessita, e por isto mesmo constitui receita ordinária. Já a multa não tem por finalidade a produção de receita pública, e, sim, desestimular o comportamento que configura sua hipótese de incidência, e por isto mesmo constitui uma receita extraordinária ou eventual.

*Porque constitui receita ordinária, o tributo deve ser um ônus suportável, um encargo que o contribuinte pode pagar sem sacrifício do desfrute normal dos bens da vida. Por isto mesmo é que não pode ser confiscatório. Já a multa, para alcançar a sua finalidade, deve representar um ônus significativamente pesado, de sorte que as condutas que ensejam sua cobrança restem efetivamente desestimuladas. Por isto mesmo pode se confiscatória.” (MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*, 21ª edição, São Paulo: Malheiros, 2002, págs. 244 e 245).*

É evidente, pois, que toda multa tem a função, não só de penalizar, mas visa também desestimular o administrado na adoção de atos que constituam desrespeito ou infração a dispositivos de determinada legislação, como é o caso presente, em que a contribuinte omitiu, em sua Declaração Anual de Ajuste, rendimentos informados em DIRF pela fonte pagadora. Portanto, a lei prevê a imposição de pena pecuniária, sendo que esta é devida no valor correspondente aos critérios estabelecidos expressamente na legislação.

Dessa forma, os argumentos de que a multa teria caráter confiscatório não podem prosperar, porquanto o que determina a aplicação da multa é a legislação pertinente, que de forma objetiva fixa os valores a serem aplicados, sendo que não se pode afastar o critério legal, baseando-se em critérios subjetivos de justiça.

Do exposto, conclui-se pela impossibilidade de alteração do valor da multa ou do seu cancelamento; a graduação da penalidade imposta constante da notificação de lançamento, conforme já se mencionou, não é ato discricionário e sim vinculado à previsão legal.

Já no tocante a suposta improcedência dos juros de mora, o CARF possui entendimento sumulado, de observância obrigatória, no seguinte sentido:

Súmula CARF nº 4

Aprovada pelo Pleno em 2006

A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no

período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais. (Vinculante, conforme Portaria MF nº 277, de 07/06/2018, DOU de 08/06/2018).

Diante de tal entendimento, não há como ser afastado os juros de mora.

CONCLUSÃO.

Por todo o exposto, voto por conhecer do Recurso Voluntário e, no mérito, nego-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Carlos Eduardo Avila Cabral